

PLANO DE TRABALHO DA INSTITUIÇÃO

I - INTRODUÇÃO

a) Breve Histórico da Instituição

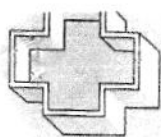
A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Monte Aprazível, localizada no interior do Estado de São Paulo, na Cidade de Monte Aprazível, é uma Entidade sem Fins Lucrativos, fundada em 12 de Novembro de 1931, a Única no Município e Microrregião composta pelos municípios: Poloni, União Paulista e Nipoã, totalizando uma população de 23.294 habitantes, segundo dados do IBGE 2013, e também com uma população flutuante, que se instala no município para o plantio de cana-de-açúcar, totalizando uma média de 35.500 habitantes atendendo em média 7.000 pacientes/mês. A instituição atua com 80 leitos, sendo 30 destinados ao SUS. Dispõe dos Serviços de Clínica Médica e Pediátrica, Cirurgia Geral, Vascular, Ambulatório em Ortopedia e os Serviços de Diagnósticos: Raio-x, Ultra-Som, Mamografia, e Endoscopia. Prestando aos Usuários do Sistema Único de Saúde um Serviço de qualidade e com tradição de setenta e um anos de trabalho.

b) Características da Instituição

A. Administração está focada na qualidade. São em média, 84.000 pacientes atendidos por ano, com direito à Saúde gratuita e de qualidade. Nosso objetivo é comandado pelos valores institucionais de ética, misericórdia, equidade, excelência organizacional, humanismo, credibilidade, sustentabilidade. Promovendo o bem estar físico, psíquico e social do ser humano, buscando a excelência no atendimento. A Santa Casa tem como missão atender pessoas carentes, proporcionando saúde e bem-estar a população de Monte Aprazível e Região. *Nossa Entidade atua com 80 leitos, sendo 30 destinados ao SUS. Dispõe dos Serviços de Clínica Médica e Pediátrica, Cirurgia Geral, Vascular, Ambulatório em Ortopedia e os serviços de Diagnósticos: Raio-x, Ultra-Som, Mamografia, e Endoscopia, Prestando aos Usuários do Sistema Único de Saúde um Serviço de qualidade e com tradição de Setenta e um anos de Trabalho em Conjunto com o Estado.*

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



IRMANDADE DA
SANTA CASA
MISERICÓRDIA
DE MONTE APRAZÍVEL

Utilidade Pública Estadual – Lei 4.139 de 17/09/1957
Utilidade Pública Municipal – Lei 996 de 04/04/1966
Utilidade Pública Federal – Dec. 63.454 de 18/10/1968

CNPJ: 52.879.905/0001-87

Rua São João, 729 – FONE: (17)3275-9510 – CAIXA POSTAL 127 – CEP: 15150-000 Monte Aprazível-SP.

II - INFORMAÇÕES CADASTRAIS

a) Entidade

Razão Social Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Monte Aprazível			
CNPJ 52.879.905/0001-87			
Atividade Econômica Principal (a mesma descrita no CNPJ) Atividade de Atendimento Hospitalar, Exceto Pronto Socorro e Unidades para Atendimento à Urgências			
Endereço: Rua São João nº 729- Centro			
Cidade Monte Aprazível CEP: 15.150 000			UF SP
DDD/Telefone (17) 3275-9510			
E-mail administracaomta@uol.com.br			
Banco 001	Agência 0145-7	Conta Corrente (*) 24-8	Praça de Pagamento Monte Aprazível

b) RESPONSÁVEIS

Responsável pela Instituição João Roberto Camargo		
CPF: 080.682 398-47	RG: 18746050	Órgão Expedidor: SSP/SP
Cargo Provedor	Função: Provedor	
Endereço Rua Pedro Monteleoni 120		
Cidade Monte Aprazível CEP: 15.150.000		UF: São Paulo
Telefone: (17)3275-9393		

Diretor Clínico: Cassiano da Silveira		
CPF: 198.208 447-20	RG: 3.721.250-3	Órgão Expedidor SSP/SP
Cargo Diretor Clínico	Função: Diretor Clínico	
Endereço Avenida Antônio Canheo 611		
Cidade Monte Aprazível CEP 15150.000		UF: São Paulo
Telefone (17) 98111-0836		

CNPJ: 52.879.905/0001-87

Rua São João, 729 – FONE: (17)3275-9510 – CAIXA POSTAL 127 – CEP: 15150-000 Monte Aprazível-SP.

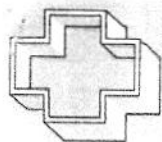
Concedente:

Razão Social <i>Prefeitura Municipal de União Paulista</i>	
CNPJ 45.726.445/0001-91	
Endereço: <i>Rua 21 de Março, 881</i>	
Cidade <i>União Paulista</i>	UF <i>SP</i>
CEP: <i>15.250.000</i>	DDD/Telefone <i>(17) 32781213</i>
E-mail <i>gabinete@uniaooaulista.sp.gov.br</i>	

c) RESPONSÁVEL

Responsável pela Instituição <i>Cleusa Gui Martins</i>		
CPF: <i>044.391.708-62</i>	RG: <i>15.623.126-8</i>	Órgão Expedidor: <i>SSP/SP</i>
Cargo <i>Prefeita</i>	Função: <i>Prefeito</i>	
Endereço <i>Rua Nossa Senhora Aparecida 482 Centro</i>		
Cidade <i>União Paulista</i>	UF: <i>São Paulo</i>	
CEP: <i>15250.000</i>	Telefone: <i>(17)99616-9070</i>	

[Handwritten signatures]



Rua São João, 729 – FONE: (17)3275-9510 – CAIXA POSTAL 127 – CEP: 15150-000 Monte Aprazível-SP.

III –QUALIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

a) Identificação do Objeto:

O presente convenio tem por objeto a prestação de serviços de baixa complexidade ao município de União Paulista, referente aos atendimentos de Atenção Básica, nos horários em que os PSFs municipais não dispõem de serviços médicos para atendimento à população local. Os atendimentos serão feitos nas instalações da Santa Casa, atendendo aos princípios da equidade, sem distinção de raça, sexo, condição social, credo político ou religioso.

b) Objetivo

1. Garantir o bom funcionamento da Instituição através de recursos que suprirão as necessidades diárias para assistência dos pacientes em atividades complementares ao Sistema único de Saúde, na forma prevista no artigo 199, parágrafo 1º da Constituição Federal, realizando papel auxiliar no alcance de seus objetivos.
2. Garantir o maior número possível de atendimento gratuito às pessoas carentes, dentro das suas possibilidades orçamentárias.
3. Garantir igualdade da assistência à saúde, atendendo ao princípio da equidade, sem privilégios de qualquer espécie.
4. Buscar autossuficiência econômica financeira com relação aos recursos orçamentários do Município, mediante a celebração de parcerias com as instituições privadas dos vários segmentos da sociedade civil organizada, bem como demais Prefeituras e com outros organismos do Estado de São Paulo.

c) Justificativa

Atualmente a Santa Casa realiza em média 7.000 atendimentos/mês em seu pronto atendimento, dos quais 3% são urgência/emergência sendo o restante referente a saúde básica, que totaliza 84.000 pacientes/ano. Necessitando assim de recursos, que garantirão uma melhor qualidade no atendimento e economia de recursos com manutenção adequada da assistência à população de Monte Aprazível e Região, que totaliza em média 35.000 habitantes.

d) Período de Execução:

Início: Abril de 2017

Término: 31/12/2017

e) Metas a Serem Atingidas.

Meta

META	DESCRIÇÃO	INDICADOR DE ALCANCE DA META
Manter o atendimento em atenção básica do município nos horários em que os PSFs não disponibilizam atendimento médico.	Atendimento técnico profissional, com todos os recursos disponíveis na instituição Conveniada de Urgência/ Emergência diagnóstico por imagem, endoscopia, exames laboratoriais	Média de 70 pacientes/mês assistidos em atenção básica. <i>75/mês</i>

[Handwritten signature]

f) Etapas ou Fases de Execução

ETAPA/FASE	INDICADORES FÍSICOS	DURAÇÃO	APLICAÇÃO(R\$)
Início dos atendimentos imediatamente após a aprovação do projeto de lei encaminhado à Administração Pública	Índices de atendimento Trimestral. Índice de satisfação dos Usuários Percentual atendimento Atenção Básica	9 meses	6.666,66 mensais

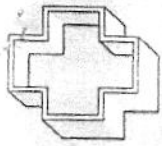
g) Plano de Aplicação de Recursos Financeiros

- Serviços Médicos

IV Cronograma de Desembolso: R\$ 6.666,66 Mensais, que deverão ser pagos até o dia 15 de cada Mês, iniciando o primeiro pagamento dia 15 de abril.

Mês	Objeto	Proponente	Concedente
1	Prestação serviços Bx Complexidade	0,00	R\$ 6.666,66
2	Prestação serviços Bx Complexidade	0,00	R\$ 6.666,66
3	Prestação serviços Bx Complexidade	0,00	R\$ 6.666,66
4	Prestação serviços Bx Complexidade	0,00	R\$ 6.666,66
5	Prestação serviços Bx Complexidade	0,00	R\$ 6.666,66
6	Prestação serviços Bx Complexidade	0,00	R\$ 6.666,66
7	Prestação serviços Bx Complexidade	0,00	R\$ 6.666,66
8	Prestação serviços Bx Complexidade	0,00	R\$ 6.666,66
9	Prestação serviços Bx Complexidade	0,00	R\$ 6.666,66
Total			R\$ 60.000,00





IRMANDADE DA
SANTA CASA
MISERICORDIA
DE MONTE APRAZÍVEL

Utilidade Pública Estadual – Lei 4.139 de 17/09/1957
Utilidade Pública Municipal – Lei 996 de 04/04/1966
Utilidade Pública Federal – Dec. 63.454 de 18/10/1968

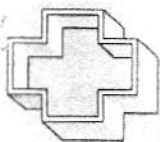
CNPJ: 52.879.905/0001-87

Rua São João, 729 – FONE: (17)3275-9510 – CAIXA POSTAL 127 – CEP: 15150-000 Monte Aprazível-SP.

Serviços / Mês	Valor Mensal
Serviços Médicos Plantão de Apoio	R\$ 6.666,66

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]



IRMANDADE DA
SANTA CASA
MISERICÓRDIA
DE MONTE APRAZÍVEL

Utilidade Pública Estadual – Lei 4.139 de 17/09/1957
Utilidade Pública Municipal – Lei 996 de 04/04/1966
Utilidade Pública Federal – Dec. 63.454 de 18/10/1968

CNPJ: 52.879.905/0001-87

Rua São João, 729 – FONE: (17)3275-9510 – CAIXA POSTAL 127 – CEP: 15150-000 Monte Aprazível-SP.

H). Sobre as formas de contratação:

O regime de contratação dos médicos serão contratados através de pessoa jurídica.

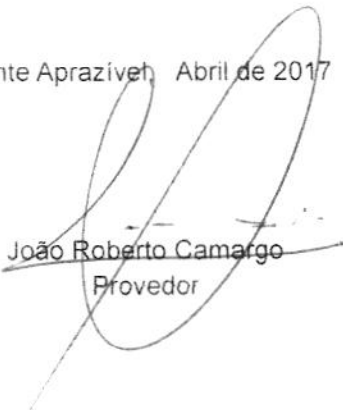
V- Previsão de Execução do Objeto:

_Início: A partir do recebimento do recurso.

_Duração: 9 Meses

Total dos recursos a serem repassados em 2017:(R\$ 60.000,00 Sessenta Mil Reais)

Monte Aprazível, Abril de 2017


João Roberto Camargo
Provedor


Cleusa Gui Martins
Prefeita.



MUNICÍPIO DE UNIÃO PAULISTA

CNPJ: 45.726.445/0001-91



TERMO DE FOMENTO Nº 01/2017.

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE UNIÃO PAULISTA E A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MONTE APRAZIVEL-SP PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE UNIÃO PAULISTA**, inscrito no CNPJ sob nº 45.726.445/0001-91, estabelecida na Rua 21 de Março, nº 881, - Centro – CEP 15250-000, neste ato representada por sua Prefeita **CLEUSA GUI MARTINS**, portador do RG nº 156231268 e do CPF nº 044.391.708-62, doravante denominado **CONCEDENTE** e do outro lado a **HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MONTE APRAZIVEL-SP**, inscrita no CNPJ nº 52.879.905/0001-87, estabelecida na Rua Sao Joao, Nº 729, Monte Aprazível - SP neste ato representada por seu Provedor, **senhor João Roberto Camargo**, portador do RG nº 18.746.050-SSP/SP e CPF 080.682.398-47, doravante denominada **PROPONENTE**, resolvem celebrar o este **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº, 1395 de 10 de Abril de 2017 e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto, serviço ofertado ao Município de União Paulista na área da saúde. Através de serviços médicos/hospitalares.



MUNICÍPIO DE UNIÃO PAULISTA

CNPJ: 45.726.445/0001-91



CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

– Este Termo terá como gestor da PROPONENTE o Sr. João Roberto Camargo, portador do CPF 080.682.398-47, o qual se responsabiliza, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

– O CONCEDENTE nomeia como gestor do presente Termo de Fomento o Sr. Renato Aparecido Da Silva, portadora do CPF nº 254.090.498-02, conforme Portaria nº 5275, de 22 de março de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

– SÃO OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE:

- a) Repassar o recurso do Cofinanciamento Estadual para a execução deste objeto;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- c) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
- d) Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;
- e) Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- f) Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de União Paulista;
- g) Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial Eletrônico;
- h) Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente;
- i) Elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Handwritten signatures and initials:
PR
PR
PR



MUNICÍPIO DE UNIÃO PAULISTA

CNPJ: 45.726.445/0001-91

- SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:



ADM: 2017 À 2020

O POVO CONFIA A GENTE FAZ

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento;
- b) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao
- c) acompanhamento e controle da execução do objeto;
- d) Permitir livre acesso do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da PROPONENTE;
- e) Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- f) Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- g) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- h) Identificar o número do instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo à CONCEDENTE, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;
- i) Divulgar esta parceria em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria, valores liberados, e situação da prestação de contas da parceria, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;
- j) Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência.
- k) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado

Handwritten signatures and initials



MUNICÍPIO DE UNIÃO PAULISTA

CNPJ: 45.726.445/0001-91



UNIÃO PAULISTA

no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios

fundamentais da Administração Pública nas contratações.

l) deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública.

m) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades,

n) Congêneres ou não;

o) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

p) Comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais eletrônicas ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além

q) De demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;

r) Aplicar os recursos repassados pelo CONCEDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;

s) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária.

t) Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto;

u) Ressarcir ao cofre público os saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 31 de janeiro do exercício seguinte, salvo se forem utilizados;

v) Promover a devolução ao cofre público os recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho ;

w) Comprovar mensalmente através de Efetividade e de forma integral no final do Termo de Fomento todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;

x) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para

SP *le* *PR*



MUNICÍPIO DE UNIÃO PAULISTA

CNPJ: 45.726.445/0001-91



ADM: 2017 À 2020
O POVO CONFIJA A GENTE FAZ

no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações.

l) deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública.

m) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades,

n) Congêneres ou não;

o) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

p) Comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais eletrônicas ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além

q) De demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;

r) Aplicar os recursos repassados pelo CONCEDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;

s) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária.

t) Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto;

u) Ressarcir ao cofre público Estadual os saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 31 de janeiro do exercício seguinte, salvo se forem utilizados;

v) Promover a devolução ao cofre público Estadual os recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho ;

w) Comprovar mensalmente através de Efetividade e de forma integral no final do Termo de Fomento todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;

x) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para

Handwritten signatures and initials



MUNICÍPIO DE UNIÃO PAULISTA

CNPJ: 45.726.445/0001-91



y) aquisição de materiais e serviços;

z) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

aa) Comunicar o CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pelo PROPONENTE, assim como alterações em seu Estatuto;

CLÁUSULA QUARTA – REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

- A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria, deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade, mediante a realização de processo seletivo simplificado.

- Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

- Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento, no presente exercício, o CONCEDENTE transferirá à PROPONENTE, de acordo com o cronograma de execução, o valor de 60.000,00 (sessenta mil reais), anualmente divididas em parcelas mensais de 6.666,66 (seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) as quais serão pagas até o dia 15 de cada mês.

- As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

- Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, no Banco do Brasil (001), agência 0145-7, conta corrente 24-8, e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.



MUNICÍPIO DE UNIÃO PAULISTA

CNPJ: 45.726.445/0001-91



ADM: 2017 À 2020
O POVO CONFIÁ A GENTE FAZ

- Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

a) em fundo de aplicação financeira ou caderneta de poupança, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública.

- Os pagamentos deverão ser efetuados por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), nos pagamentos realizados a pessoas físicas e/ou jurídicas, inclusive dos empregados. Excepcionalmente, poderá ser utilizada a emissão de cheque nominal a pessoas físicas e/ou jurídicas que não possuam conta bancária.

Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 6.2 poderão ser utilizados pela PROPONENTE desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.

A PROPONENTE deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

- A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a PROPONENTE a participar de novos parceiros, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.
- d) não apresentação dos documentos previstos neste Termo de Fomento.

Parágrafo Único: compromete-se, ainda a PROPONENTE, a recolher à conta do CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

[Handwritten signatures and initials]



MUNICÍPIO DE UNIÃO PAULISTA

CNPJ: 45.726.445/0001-91



CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- prestar contas de acordo com os critérios e indicações exigidos pelo CONCEDENTE, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, bem como entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e

aplicação dos recursos da Entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes.

- Durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas integral, a PROPONENTE se compromete a manter em arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

Este instrumento vigorará a contar de sua assinatura até 31/12/2017, podendo ser prorrogado por justificado interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PROIBIÇÕES

Fica ainda proibido à PROPONENTE:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente;
- c) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Fomento;
- d) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- e) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Fomento;
- f) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias que não haja comprovante;
- h) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;
- j) realizar despesas com:



MUNICÍPIO DE UNIÃO PAULISTA

CNPJ: 45.726.445/0001-91



ADM: 2017 À 2020
O POVO CONFIJA A GENTE FAZ

- a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;
- b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- c) obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
- d) pagamento de despesas bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

- O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência.

- Constitui motivo para rescisão do Termo de Fomento o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatado pelo CONCEDENTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Este Termo de Fomento poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

Parágrafo Único: Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação do CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento ou Sistema de Controle, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Termo de Fomento será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Handwritten signatures and initials:
A
b
PR



MUNICÍPIO DE UNIÃO PAULISTA

CNPJ: 45.726.445/0001-91



ADM: 2017 À 2020

O POVO CONFIÁ A GENTE FAZ

As despesas decorrentes deste Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- 02 - Executivo
- 020600 - Serviço Saúde Pública
- 10 - Saúde
- 10301 - Atenção Básica
- 10301013 - Atendimento Integral a Saúde
- 10301013.2.040 - Repasse de Auxílios e Subvenções
- 33504300 - Subvenções Sociais


CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Macaúbal, Estado de São Paulo, para esclarecer as dúvidas de interpretações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

União Paulista-SP, 10 de Maio de 2017.



 MUNICÍPIO DE UNIÃO PAULISTA - CONCEDENTE
 CLEUSA GUI MARTINS
 Prefeita Municipal

 JOÃO ROBERTO CAMARGO
 PROVEDOR DA SANTA CASA DE MONTE APRAZIVEL

Testemunhas:

1. Priscila de Oliveira Ricco
 NOME:
 RG: 55.241.448-7

2. Osvaldo Aparecido de Silveira
 NOME:
 RG: 26.740.781-6